

# *futuribles*

*em português*

Número 1 • Agosto 2018

Como iremos trabalhar amanhã?  
Cinco tendências fortes da evolução do trabalho

A revolução ocultada  
O papel dos fatores imateriais

Três chaves para reinventar a política

Visões políticas e desafios civilizacionais  
O exemplo das políticas locais

Os potenciais da bioeconomia  
Da fotossíntese à indústria, da inovação aos mercados

A saúde no horizonte 2030-2050  
Algumas tendências fortes do século XXI

**PLATAFORMA  
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC  
CENTRO EDELSTEIN



# *futuribles*

*em português*

## **CONSELHO EDITORIAL**

*Bernardo Sorj*

*Jean-Francois Soupizet*

*Sergio Fausto*

## **TRADUÇÃO**

*Dorotheé de Bruchard*

## **REVISÃO TÉCNICA**

*Otávio Dias*

## **DIAGRAMAÇÃO**

*Lilemes Comunicação*

# *futuribles*

*em português*

Número 1 • Agosto 2018

Apresentação	<b>05</b>
Introdução	<b>07</b>
Como iremos trabalhar amanhã? Cinco tendências fortes da evolução do trabalho <i>Martin Richer</i>	<b>09</b>
A revolução ocultada O papel dos fatores imateriais <i>André-Yves Portnoff</i>	<b>33</b>
Três chaves para reinventar a política <i>Patrick Viveret</i>	<b>39</b>
Visões políticas e desafios civilizacionais O exemplo das políticas locais <i>Jean Haëntjens</i>	<b>51</b>
Os potenciais da bioeconomia Da fotossíntese à indústria, da inovação aos mercados <i>Claude Roy</i>	<b>65</b>
A saúde no horizonte 2030-2050 Algumas tendências fortes do século XXI <i>Louis-Charles Viossat</i>	<b>80</b>

Versão eletrônica disponível gratuitamente em:  
<http://www.plataformademocratica.org/publicacoes>



# Apresentação

Por que lançar uma revista sobre as grandes tendências (tecnológicas, econômicas, geopolíticas, demográficas e climáticas, entre outras) que o Brasil e o mundo deverão enfrentar no futuro? Em primeiro lugar, porque os seus efeitos já fazem parte do presente. Basta pensar nos impactos que a robotização e a inteligência artificial vêm provocando na produção, na prestação de serviços e no mercado de trabalho. Em segundo lugar, porque já está mais do que na hora de o Brasil (governo, sociedade, empresários, intelectuais, etc.) exercitar com mais frequência a reflexão sobre o longo prazo. Não uma reflexão especulativa, mas baseada em informações, análises e projeções bem fundamentadas.

Os problemas de curto prazo têm consumido grande parte da nossa energia intelectual e política. Enquanto isso, o mundo vive transformações de longo alcance e grande profundidade. Para agir adequadamente, governos, empresas, ONGs e cidadãos precisam dispor de bússolas que lhes permitam melhor se orientar em meio às incertezas geradas pelas transformações em andamento. Ninguém tem o mapa exato do futuro. Aumentar a nossa capacidade – como “comunidade nacional” – de vislumbrar antecipadamente parte do que nos reserva um futuro ainda em aberto é fundamental para que possamos melhor navegar correntes de mudanças que são globais, aproveitando as oportunidades que acarretam e reduzindo os riscos que lhes são inerentes. Isso exige diálogo interdisciplinar e inter-setorial, dentro do Brasil e do Brasil com o mundo.

Promover esse diálogo é o objetivo da revista eletrônica **Futuribles em Português**, uma iniciativa de Plataforma Democrática, projeto que a Fundação Fernando Henrique Cardoso realiza em parceria com o Centro Edelstein de Pesquisas Sociais há mais de dez anos ([www.plataformademocratica.org](http://www.plataformademocratica.org)). A publicação se dirige a todas as pessoas que compreendem ou venham a compreender a importância de um país estar atento às grandes tendências globais, não para se submeter passivamente a elas, mas para se adaptar criativamente às mudanças quer pela absorção inteligente de inovações institucionais, tecnológicas e sociais produzidas no exterior, quer pela produção de respostas próprias aos riscos e oportunidades associados àquelas tendências.

A revista resulta de uma parceria com a publicação francesa **Futuribles** (fusão das palavras “futuros” e “possíveis”), editada pelo centro de pesquisa homônimo. A versão em português conterà uma seleção de artigos publicados originalmente na revista francesa, de início com periodicidade anual. No futuro, passará a incluir textos de autores brasileiros.

Este primeiro número traz seis artigos sobre temas atuais e inter-relacionados: o futuro do trabalho na era digital (5 tendências); o papel dos fatores imateriais na produtividade, a reinvenção da política (a partir de três chaves); o déficit de visão política e o exemplo de políticas locais adotadas por algumas cidades; os potenciais da bioeconomia em um planeta superpovoado e com recursos finitos; e, por fim, o horizonte da saúde entre 2030-2050 (3 tendências).

Agradecemos de antemão comentários sobre o conteúdo dos artigos e sobre os temas abordados. Sugestões temáticas para futuras edições são bem-vindas.

***Bernardo Sorj e Sergio Fausto***

Diretores de Plataforma Democrática

# Futuribles

*Futuribles* é uma contração de “futuros” [*futurs*] e “possíveis” [*possibles*]. Foi o termo escolhido por Bertrand de Jouvenel, há quase 60 anos, para designar um comitê internacional cujos membros receavam que os governos carecessem de reflexões sobre o futuro, ou que detivessem seu monopólio, um monopólio capaz de prejudicar o bom funcionamento da democracia e o indispensável debate público sobre o que poderia advir e sobre o que poderia ser feito.

Essa iniciativa foi seguida, em 1967, pela criação da “Futuribles International”, uma associação cuja principal atividade, especialmente a partir de 1973, tem sido a de conduzir um permanente trabalho de análise, resolutamente prospectiva e pluridisciplinar, sobre as tendências fortes e emergentes, os fatores de continuidades, descontinuidades, ou mesmo rupturas, passíveis de impactar significativamente o futuro a longo prazo. Partindo dessas raízes do futuro, Futuribles International tem a missão de explorar o que pode advir (os futuros possíveis), identificar os principais problemas de médio e longo prazo, refletir sobre as políticas públicas e as estratégias das organizações a fim de responder a esses desafios do futuro (promover futuros desejáveis).

O objetivo da Futuribles International é, em suma, promover a antecipação a serviço da ação, a partir de duas ideias essenciais:

- sem uma atividade de vigilância e antecipação (exploração dos futuros possíveis), há o risco de os decisores se verem eternamente acuados a administrar as urgências, e dispendo, em tais circunstâncias, de pouquíssima liberdade de ação e decisão.
- o exercício do poder, e portanto, a política e a estratégia, requerem um mínimo de visões a longo prazo que possam dar sentido e coerência às ações coletivas.

Mas, se a intenção da Futuribles sempre foi a de militar por uma maior consideração do longo prazo nas tomadas de decisão, sempre foi também a de procurar desenvolver métodos que permitissem, sem matar a criatividade, im-

primir um mínimo de rigor a uma iniciativa que exige mobilizar especialistas de diferentes disciplinas (e também, eventualmente, saberes “profanos”).

A revista *Futuribles*, fundada em 1975 por Hugues de Jouvenel, visa, em primeiro lugar, sensibilizar nossos contemporâneos para os grandes desafios do futuro: o desenvolvimento sustentável, e portanto, a energia e as mudanças climáticas; o desenvolvimento econômico, inclusive com restrição de recursos naturais; o desenvolvimento social, e também, portanto, os problemas de coesão social, os avanços das ciências e das técnicas, sua difusão e seu uso, a evolução das formas de governo, etc. Mais ambiciosamente ainda, a revista visa a desenvolver em seus leitores uma postura de ator face a um futuro que, não estando predeterminado, permanece essencialmente por inventar e construir.

A associação *Futuribles International* foi sucessivamente presidida por Bertrand de Jouvenel, Pierre Massé, Pierre Piganiol, Philippe de Seynes, Mahdi Elmandra, Jacques Lesourne et Hugues de Jouvenel.

Sediada em Paris, sua equipe permanente conta com cerca de doze pessoas e uma rede de cerca de cinquenta conselheiros científicos estreitamente envolvidos com o conjunto de suas atividades. Atua, além disso, em parceria com numerosas instituições que, no mundo inteiro, são movidas por preocupações similares ■

# Três chaves para reinventar a política

PATRICK VIVERET<sup>1</sup>

Futuribles lançou em 2017 uma série de artigos dedicados à falta de visão regularmente denunciada nos comentários da vida política. Será esse déficit real, quais serão seus motivos, e como seria possível remediá-lo? Neste artigo<sup>2</sup>, o filósofo Patrick Viveret propõe três chaves para reinventar a forma de se fazer política, as quais correspondem a três pilares institucionais básicos: a legitimidade da função política, a sua relação com a economia e a sua relação com os cidadãos. Ele mostra a importância de se passar do paradigma da potência dominadora para o da potência criativa, especialmente no atual contexto de urgência climática. No plano econômico, convida o político a atentar para as finalidades (o bem comum) e a se reinventar com base nos ofícios, e não no emprego visto de maneira mais global; isso implica, naturalmente, em mudanças em matéria de educação, de formação e de tempo político (há que pensar a longo prazo e reabilitar o futuro). Destaca, por fim, a importância, para os políticos, e a fim de reatar com cidadãos desiludidos e que perderam a confiança nos seus representantes, de deixarem de raciocinar enquanto chefes e voltarem à sua função de ministério, no sentido primeiro do termo (acompanhar, colocar em relação, em suma: favorecer as sinergias). Um vasto programa à espera de ser posto em prática... **S.D.** ■

1. Filósofo, ensaísta, ex-magistrado honorário do Tribunal de Contas, autor, entre outros, de *Pour une nouvelle culture politique* (com Pierre Rosanvallon. Paris: Seuil, 1977) e *La Cause humaine. Du bon usage de la fin d'un monde* (Paris: Les Liens qui libèrent, 2012). Esse artigo foi tirado de uma entrevista, seguida de uma comunicação de Patrick Viveret na mesa-redonda promovida pela associação Futuribles International sobre o tema "Quelle politique à long terme pour quelle société?" [Que política de longo prazo para que sociedade], em 16 de outubro de 2017; Futuribles agradece a Jean Haëntjens por sua colaboração na preparação desses textos. (N.R.).

2. Delevoe, Jean-Paul. "Crise ou renouveau de la démocratie? Le pouvoir et la vision"; Haëntjens, Jean. "Visions politiques et défis civilisationnels. L'exemple des politiques locales". *Futuribles*, nº 417, março-abril de 2017, p. 5-12 e 13-23 respectivamente; e Blanc, Yannick. "Une nouvelle grammaire de l'intérêt général". *Futuribles*, nº 418, maio-junho de 2017, p. 5-15.

A grande mudança do político se deve ao fato de que a humanidade chegou a uma idade crítica de sua história, tanto em razão da urgência ecológica, quanto da aceleração do progresso tecnológico e da acumulação das tensões geopolíticas. A função política tem sido questionada simultaneamente em três de seus pilares mais fundamentais: sua legitimidade, sua relação com a economia e sua relação com os cidadãos. Em cada uma dessas áreas, tem sido obrigada a proceder a uma completa mudança de paradigma.

## ***Do paradigma da potência dominadora ao da potência criativa***

A mais radical diz respeito, sem dúvida, àquilo que fundamenta a sua legitimidade. Desde milênios, a função política tem se estruturado em torno de um ideal da força, encarnado pelo conceito realengo do chefe. Essa força era justificada pelas ameaças concretas representadas por invasores e inimigos passíveis de atentar à integridade de um território, qualquer que fosse sua escala. Hoje, o principal perigo que ameaça os terráqueos não vem de inimigos externos, que seriam hipotéticos extraterrestres. Vem deles mesmos, dos danos que infligem a si próprios e ao planeta. A barbárie não é mais externa, é interna. Porque está em guerra consigo mesma, aliás, é que a humanidade está em guerra com a natureza, sendo o inverso igualmente verdadeiro.

A questão da guerra permanece no cerne da política, mas a guerra mudou de escala, de natureza e de inimigos. Sendo assim, já não pode o político fundar sua legitimidade na afirmação da força e da potência dominadora. Cabe-lhe, a partir de agora, ser capaz de perceber a fragilidade, do planeta, mas também dos seres humanos, sair da negação da fragilidade e liberar, assim, uma potência criativa e não dominadora.

Idealmente, a classe política deveria perfazer a mesma revolução mental operada pela maioria dos astronautas quando, pela primeira vez, avistaram a Terra desde o espaço. Sua mudança de postura, de tão intensa, foi qualificada de “*overview effect* (efeito visão global)”. Embora fossem, na maioria, antigos pilotos de caça, formados na escola da força, treinados para lutar contra inimigos e dominar as próprias emoções, ficaram, todos, maravilhados pela beleza da Terra e impressionados pela extrema fragilidade do nosso planeta. Voltaram

com a íntima convicção de que a absoluta prioridade política era protegê-la, e proteger, mais especialmente, a fina camada gasosa que garante sua sobrevivência e que denominamos atmosfera.

Para efetuar uma mutação mental da mesma ordem, nossos responsáveis políticos teriam de conseguir se extirpar do eterno jogo de competição entre o (*les ego*), os Estados e os impérios. Não vai ser fácil. Não é fácil romper com uma tradição de chefe poderoso, viril e jupiteriano ancorada em vários milênios de História. A classe política padece hoje de uma negação da fragilidade que só contribui, na verdade, para aumentar sua fragilidade. E quanto mais frágil se sente, mais ela infla os músculos. De modo que a tendência, atualmente, passa antes por um retorno dos nacionalismos e pela designação de inimigos ou bárbaros mais ou menos imaginários.

Tal regressão mental tem como consequência, notadamente, o recuo de vários países, entre eles os Estados Unidos, na questão do clima. É urgente, portanto, tecer uma ética da consciência e da fragilidade em outra escala. A Organização das Nações Unidas, se desempenhou um importante papel na construção do Acordo de Paris sobre o clima no final de 2015, tem hoje mostrado os seus limites. A ONU é uma assembleia de chefes de Estado, representantes das “grandes potências”, ou seja, de pessoas mais habituadas a afirmarem sua força do que a reconhecerem sua fragilidade. O Conselho de Segurança da ONU, constituído após a Segunda Guerra Mundial, não é visto como representativo pelos países não ocidentais. Ocorre, além disso, que os cinco membros permanentes desse Conselho são os cinco maiores fabricantes de armas do planeta. Precisamos, portanto, encontrar novas fórmulas.

Foi partindo dessa constatação que propus, junto com Edgar Morin, a ideia de um “Conselho de Segurança da Humanidade”, que poderia se constituir independentemente da ONU, mesmo que devesse entrar, mais adiante, em inter-relação com o atual Conselho de Segurança nascido da Segunda Guerra Mundial. Esse conselho seria composto por personalidades mundialmente reconhecidas da sociedade civil – cientistas, intelectuais, prospectivistas, autoridades morais... Seu papel seria o de lembrar regularmente aos governos dos Estados, mas também aos cidadãos do mundo, os perigos em que incorremos coletivamente, e propor pistas positivas para superá-los. Seu papel seria um pouco o do Grupo de Especialistas Intergovernamental sobre a Mudança Cli-

mática (GIEC) em relação ao clima, mas ele se interessaria, de forma transversal, a todos os riscos que nos dizem respeito, sejam eles sanitários, ecológicos, geopolíticos, demográficos, econômicos ou sociais. Poderia, evidentemente, alimentar com propostas o Conselho de Segurança da ONU, mas também tecer parcerias com as principais autoridades morais, espirituais ou religiosas do planeta. Seria, de certa forma, o catalizador de nossa consciência coletiva mundial, nosso “cordão de chamada dos riscos”.

## ***Do paradigma do emprego ao paradigma do ofício***

O segundo aspecto em que o político precisa se reinventar é o da sua relação com a economia. Para ser curto e grosso, os responsáveis políticos se transformaram em “paisagistas da economia”. Seu papel se limita com demasiada frequência a cenarizar um crescimento material e monetário ecologicamente contraprodutivo, além de cada vez mais hipotético, e sobre o qual têm cada vez menos poder de ação. Essa posição decorativa não contribui, evidentemente, para fortalecer sua credibilidade e legitimidade.

Seria de seu melhor interesse reposicionar sua ação no terreno das finalidades, raciocinando não em termos de PIB e riqueza monetária, mas em termos de riqueza real e de bens comuns. A ideia não é nova, já foi explorada por grupos de trabalho como a Comissão Stiglitz, mas se depara, no momento, com uma dificuldade crucial, a de formalizar uma definição universal dos bens comuns. Tal definição não pode resultar senão de uma coconstrução, e é nesse processo que os sábios do mundo inteiro poderiam contribuir, em conexão com o Conselho de Segurança da Humanidade.

Nessa perspectiva, também precisamos abordar a economia em sua dimensão social e societal, atentando não apenas para os empregos, como se faz atualmente, mas para os ofícios.

De uns anos para cá, a noção de ofício tem se tornado central nas reflexões sobre o devir de nossas sociedades. A perspectiva da possível substituição de inúmeras atividades profissionais por robôs ou algoritmos contribuiu para essa tomada de consciência, mas constitui apenas um aspecto da questão. Como já

bem antecipava Hannah Arendt, uma das principais questões que se colocam para as sociedades desenvolvidas é a de transformar o trabalho numa atividade realizadora: é a de passar, segundo sua expressão, “das civilizações do trabalho para as civilizações da obra”<sup>3</sup>. Esse desafio não é apenas econômico. É também existencial e societal. Para compreender seu alcance, é preciso retornar à etimologia. Empregar [*employer*] significa vergar [*ployer*], dobrar [*plier*], formatar [*formater*]. Ofício [*Métier*], pelo contrário, vem da contração de ministério [*ministère*] e mistério [*mystère*]<sup>4</sup>. Um ofício é ao mesmo tempo, portanto, uma missão e uma atividade meio misteriosa, uma arte. Um ofício se diferencia de um emprego banalizado por pelo menos um desses três atributos:

- produz e cria beleza e maravilhamento, como fazem os ofícios artísticos e artesanais;
- atribui sentido, como fazem todos os ofícios ligados ao ensino, à educação, à produção de conhecimento;
- oferece amor, afeto ou “*reliance*” (confiança), como fazem todos os ofícios ligados à saúde, aos cuidados, à assistência à pessoa.

Esses três atributos podem ser afirmados e desenvolvidos em inúmeros ofícios, inclusive os mais tradicionais. Se o emprego agrícola está em plena crise, o ofício de agricultor, quando sabe produzir sentido, respeitar o meio-ambiente e tecer laços, permanece um ofício de futuro.

Essa definição de ofício permite lançar luz sobre uma questão que se tornou central, a futura divisão dos papéis entre humanos e robôs. O que os robôs, mesmo sofisticados, nunca poderão assumir num sistema produtivo é justamente isso que qualifica um ofício. Um robô, com efeito, é incapaz de criar o maravilhoso, é incapaz de dar amor e incapaz de produzir sentido.

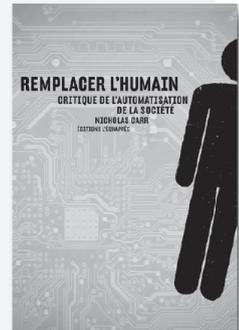
3. Arendt, Hannah. *Condition de l'homme moderne*. Paris: Calmann-Lévy, 1961 (tradução de *The Human Condition*, Chicago: University of Chicago Press, 1958). [No Brasil: Arendt, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária (1ª ed. 1981). (N.T.)]

4. <sup>\*</sup> Etimologicamente, o termo equivalente a *métier*, em português, seria “mister” (atividade profissional, ofício, profissão, segundo o Houaiss), caído em desuso. Optei então, ao longo do texto, por “ofício”, que em sua conotação de “celebração religiosa” também remete, semanticamente, à noção de mistério / ministério ressaltada pelo autor. Já “empregar” possui a mesma raiz etimológica de *employer* (pelo latim, *plicare*). (N.T.)

## SUBSTITUIR O HUMANO?

Sobre o livro de Nicholas Carr, *Remplacer l'humain. Critique de l'automatisation de la société*. Paris: L'Échappée, 2017, 272 p.

Poderíamos, sem redução excessiva, resumir o livro de Nicholas Carr com a frase “até onde não ir longe demais em matéria de automatização?”. Seria, no entanto, desmerecer a análise aprofundada que ele oferece, ancorando o fenômeno no desenvolvimento do maquinismo e multiplicando referências a Adam Smith, ao luddismo, a Karl Marx, John M. Keynes ou Jeremy Rifkin. Multiplicando exemplos, também, das formas que essa automatização foi assumindo ao longo dos anos, dos avanços que ela proporcionou, mas também dos limites com os quais ela confronta o gênero humano. Dentre esses, podemos citar dois mais importantes, ambos relacionados a uma alteração de nossas capacidades cognitivas:



- As fortes dificuldades experimentadas por um operador para reassumir satisfatoriamente o controle de um processo em casos de falha do automatismo da máquina, mesmo quando se trata de voltar a efetuar tarefas que no passado lhe eram familiares; na pilotagem de aviões, aliás, essa eventualidade não só está prevista como é objeto de um treinamento específico.

- A incapacidade da mente humana em transformar a informação coletada em conhecimento, e depois em *know-how*, caso o processo não vá de par com o papel de operador ativo ao invés do de observador passivo ao qual ele é vezes demais confinado ao utilizar um software ou uma máquina automatizada.

Além disso, o homem não raro abre mão de todo senso crítico face a dados fornecidos pela máquina, questionando mais facilmente constatações, no entanto objetivas, do que o caráter falacioso da “saída de máquina”.

O autor tece igualmente uma extensa reflexão em torno da frase de George Dyson: “E se o preço a pagar pelas máquinas que pensam fosse pessoas que não pensam?”. Descreve um esquema de evolução que, primeiro, vê o trabalhador se deparar, no passar dos séculos, com o uso de ferramentas manuais

mais sofisticadas, que complicam sua tarefa, mas também a tornam mais rica e lhe permitem desenvolver saberes pessoais (muitas vezes compartilhados). A penibilidade pode depois ser reduzida mediante uma certa automatização da produção, mas isso rapidamente se dá em detrimento da competência concreta e da responsabilidade na elaboração do produto. Essa penibilidade reaparece mais tarde sob outras formas (geralmente de inspiração tayloriana) quando surge a necessidade de se aumentar a produtividade. Tal processo é válido tanto para o trabalhador manual quanto para o intelectual, mesmo que, evidentemente, as modalidades de aplicação não sejam passíveis de sobreposição, considerando-se diferenças entre os produtos de saída. Ao final, o nível de competência do trabalhador regride inevitavelmente.

Inverte-se a lógica: já não é a máquina que auxilia o homem, o trabalhador é que coleta dados a serem explorados pela máquina. Nicholas Carr descreve um futuro em que o médico fará o papel de um “captador humano” que coleta dados de saúde, cuja análise é realizada por um software que também estabelece o diagnóstico e propõe o tratamento. Poderíamos nos perguntar se, com a evolução dos objetos conectados, seguindo a lógica do autor do livro, ele não está sendo um pouco otimista demais em relação ao papel reservado ao médico...

Concluiremos essa resenha, necessariamente muito incompleta, com o questionamento do autor sobre a possível reversibilidade dos fenômenos acarretados pela automatização, ou, inclusive, sobre a possibilidade que ainda resta ao homem de controlar sua evolução. Retomando os trabalhos de Bruno Latour acerca da invisibilidade de uma tecnologia já tornada familiar e o poder que ela pouco a pouco vai adquirindo sobre nós ao impor suas exigências à nossa revelia, preocupa-se o autor com uma possível deturpação. Estaremos realmente formulando uma demanda que nos é própria quando compramos um produto ou nos engajamos numa iniciativa pessoal; ou será que esta é determinada, em última instância, pelo ambiente tecnológico, que se tornou tão familiar que já não o percebemos, como tampouco discernimos a influência instilada, deliberadamente ou não, por outra entidade (Estado, GAFAM<sup>1</sup>, inteligência artificial...). Em outras palavras, a satisfação que buscamos será a dos nossos desejos, ou a de uma formatação externa?

O autor conclui com um elogio do trabalho (aliás não muito distante do elogio do carburador no livro epônimo de Matthew Crawford<sup>2</sup>), única garantia, segundo ele, da possibilidade de ser e se comportar como um ser humano e não como um mutante...

Permita-se ao autor dessa resenha uma última observação. Se o livro de Nicholas Carr é brilhante, bem documentado, e reivindica a justo título a função de lançador de alerta, é possível que peque um pouco por seu caráter demasiado genérico e desvinculado dos atores: da mesma forma como não somos todos iguais perante a tecnologia, a automatização não implica necessariamente em dificuldades idênticas para todos que são confrontados a ela. O caráter um tanto genérico do discurso decerto prejudica um pouco a compreensão de certas relações de produção no seio da sociedade automatizada. Se todos talvez tenhamos a perder com um controle insuficiente, seria ilusório achar que todos ganharemos necessariamente com o aperfeiçoamento desse controle.

*Michel Héry*  
*para a Futuribles*

1. Google Apple Facebook Amazon Microsoft.

2. Crawford, Matthew B. *Éloge du carburateur. Essai sur le sens et la valeur du travail*. Paris: La Découverte, 2010.

Uma das grandes questões do futuro será liberar os ofícios para os humanos e entregar aos robôs as tarefas penosas e redundantes. Para bem efetuar essa mutação histórica, será necessário preencher duas condições: a primeira, cuidar para que ela assegure uma distribuição igualitária de riquezas. A segunda, passar coletivamente da clássica pergunta “O que fazer da vida?” para a pergunta existencial “O que fazer com a nossa vida?”. Pergunta difícil, cuja importância não pode ser subestimada.

A resposta tem naturalmente a ver com a educação. Uma das missões da educação será a de se abrir para as noções de sentido, de maravilhamento e de relação que são constitutivas da noção de ofício [mister]. Trata-se, na verdade, de um retorno ao sentido original da palavra “educação”: *ex ducere*, levar para fora, ajudar o ser humano a ficar em pé, a se abrir. Ocorre que o atual sistema educacional tem demasiada tendência a formatar desde cedo os alunos numa

área específica de modo a que sejam imediatamente empregáveis. O problema é que os empregos de amanhã não serão os mesmos de hoje. Ao privilegiar a empregabilidade imediata em detrimento da aquisição de capacidades cognitivas e relacionais, ele acaba perdendo nas duas frentes. Some-se a isto o fato de que, cada vez mais, os jovens têm ingressado na vida profissional buscando um sentido, e não apenas remuneração.

Há, portanto, em torno da questão dos ofícios, um imenso campo de investigação que tem sido, até o momento, relativamente pouco explorado. É essa uma questão que só pode ser abordada no longo prazo. Implica em passar dos raciocínios de curto prazo hoje dominantes – o produto interno bruto, o emprego – para raciocínios de mais longo prazo – o bem comum, os ofícios, que são os únicos capazes de atender aos desafios do nosso tempo.

Para realizar essa mudança de paradigma, os responsáveis políticos deverão poder contar com estruturas de referências. O tempo do político, de fato, não é o tempo do planeta. O político pensa em cinco anos, quando muito, sendo que as consequências do aquecimento global precisam ser pensadas na escala de várias décadas, senão de vários séculos. Será necessário criar, portanto, inclusive nas instituições da República, na França, dispositivos que permitam preencher o fosso existente entre o curto-prazismo da ação política e a imperiosa necessidade de se pensar a longo prazo.

Um desses dispositivos poderia ser a “Câmara do futuro” idealizada por Bruno Latour e Jean-Paul Delevoe, ex-presidente do Conseil économique, social et environnemental [Conselho Econômico, Social e Ambiental] (CESE)<sup>5</sup>. Essa Câmara seria coordenada por “sábios” independentes, oriundos de diferentes meios – científicos, prospectivistas, profissionais, associativos – e teria por missão primeira ajudar a sociedade a definir o bem comum, o qual deve se tornar, paulatinamente, o referencial da ação política. Ela se cercaria, de um modo bastante livre, de avaliações cidadãs. Um filme recente, *Des lois et des hommes*<sup>6</sup>, mostra como essas avaliações cidadãs podem às vezes orientar

5. Esta proposta, apresentada originalmente por Jean-Paul Delevoe, Nicolas Hulot e Bruno Latour, foi retomada, mas com um formato menos ambicioso, por Emmanuel Macron no âmbito de um projeto de reforma do CESE. Ver Catalon, Jean-Christophe. “Qu'est-ce que le CESE, prochaine 'Chambre du futur' voulue par Macron?”. *La Tribune*, 5 de julho de 2017. Disponível em: <<http://www.latribune.fr/economie/france/qu-est-ce-que-le-cese-prochaine-chambre-du-futur-vouluepar-macron-742789.html>>. Acesso: 15 nov. 2017.

6. *Des lois et des hommes*, com direção de Loïc Jourdain, lançado na França em 2014 (curta-metragem) e 2017 (documentário).

e alterar a tomada de decisão política. Descreve, com talento, a trajetória de pescadores marítimos irlandeses, cuja atividade se achava ameaçada por uma diretiz europeia, e que lograram mobilizar cientistas e organizações não governamentais para afinal propor uma solução aceitável para a administração em Bruxelas.

## ***Do magistério ao ministério***

A terceira chave diz respeito à implicação da sociedade civil numa postura política que leve em conta o longo prazo. De nada adiantaria, com efeito, avançar na noção do bem comum “em câmara”, mesmo sendo uma câmara do futuro, se essa noção não for apropriada pela maioria do corpo social. Ocorre que a tendência atual está mais para a democracia de curto prazo, a democracia do *tweet* e da emoção. Há nisso uma inegável fragilidade da regulação democrática, que pode resvalar para formas autoritárias caso o povo esteja acometido disso que o psicanalista austríaco Wilhelm Reich já identificava como uma “peste emocional”. E que continua muito atual em tempos de Donald Trump, Viktor Orbán ou Recep Erdoğan.

Dizer que não é satisfatório o atual sistema de representação política nas democracias é pouco: trata-se de um sistema absolutamente míope, em razão, principalmente, do curto-prazismo imposto por sua submissão à economia; um sistema prisioneiro de lógicas arcaicas de competição entre *ego* e territórios, “delegativo” (o cidadão delega o seu próprio poder), e não representativo de fato.

A análise transacional esclarece bastante bem a natureza infantil da atual relação entre políticos e cidadãos. Os responsáveis políticos se colocam espontaneamente na posição jupiteriana do pai, e o povo alterna entre a postura da criança submissa (que se coloca cegamente nas mãos de um *líder*) e a da criança rebelde (que o rejeita e vai para a rua).

Está claro que precisamos transpor uma nova etapa da democracia e crescer em maturidade política. Precisamos chegar a uma relação adulto-adulto – a única que permita estabelecer um debate construtivo – e isso implicará em inovar nas duas pontas da corrente.

Os responsáveis políticos deverão mudar sua postura, abrir mão da postura do *magister* (o mestre) para adotar aquela, mais humilde, do ministério. Etimologicamente, o ministério é aquele que presta serviço, que acompanha, que coloca em relação. O ministério é a *liderança* de serviços, uma postura que não significa, em si, uma diminuição da função política. Václav Havel e Nelson Mandela viam a si mesmos como ministros a serviço de seu povo, e nem por isso eram personalidades de segundo plano.

A questão central é: como elevar a qualidade relacional e emocional de um povo? Como ajudá-lo a se tornar adulto? A arte política por excelência é a arte de fazer crescer. Autoridade significa ser capaz de “tornar autor”. Para tornar os cidadãos autores de suas decisões, para responsabilizá-los, diversos dispositivos podem ser postos em prática.

Uma primeira pista seria a do voto sem candidatos, um voto com base em ideias e projetos, anterior à escolha das pessoas. Uma segunda pista seria a de promover autênticas construções de desacordos, de modo a poder diferenciar desacordo de mal-entendido, e a promover um uso fecundo das divergências e conflitos, distinguindo-os claramente dos riscos de violência<sup>7</sup>. Uma democracia madura é uma democracia que sabe encarar os conflitos de frente, que não se esquiva. O político deverá aceitar os conflitos, e compreender que a fratura não se situa entre conflito e submissão, e sim, entre conflito e violência; que muitas vezes, para evitar a violência, há que permitir que os conflitos se formem a tempo. Os mal-entendidos é que são tóxicos, não os conflitos. Os dois danos colaterais do mal-entendido são, com efeito, a suspeita e o processo de intenção, o que significa, ao fim e ao cabo, a perda de confiança. Tive a oportunidade de coordenar algumas “oficinas de construção de desacordos” e de mensurar, assim, toda a sua utilidade. Descobre-se, por exemplo, que os mal-entendidos muitas vezes decorrem de diferenças semânticas, com as diferentes partes envolvidas num debate atribuindo distintos significados a uma mesma palavra.

Outra pista seria a do reconhecimento e proteção dos lançadores de alerta, mas também o papel a ser atribuído a esses que poderíamos denominar lançadores de futuro, isto é, cidadãos que, por sua situação particular, são aptos a perceber sinais precursores de profundas mudanças.

---

7. Observe-se que ele [quem? o uso fecundo das divergências?] não teria nada a ver com o referendo, voto punitivo para o poder instituído em caso de fracasso.

Num mundo em rápida mutação, a regulação política já não pode se limitar à democracia do número. Embora permaneça essencial a opinião pública expressa através de sufrágios, a democracia precisa ser alimentada por outras fontes. Vai nesse mesmo sentido a ideia do Parlamento dos Invisíveis proposta por Pierre Rosanvallon<sup>8</sup>, a qual consiste em abrir espaços permitindo aos cidadãos contribuir para uma tomada de consciência coletiva através do “relato de vidas comuns”.

A democracia também poderá se alimentar das incontáveis iniciativas cidadãos ou colaborativas que, de uns anos para cá, têm emergido espontaneamente na sociedade civil. A necessidade de “liberar as iniciativas” é hoje reconhecida, mas essa liberação é vezes demais percebida em seu exclusivo aspecto econômico ou monetário. Por outro lado, liberar essas iniciativas não basta, também é preciso acompanhá-las para que possam coproduzir bem comum.

O sorteio pode igualmente se incluir na caixa de ferramentas, desde que acompanhado de um dispositivo de formação. Esse procedimento, vale lembrar, era bastante utilizado no sistema político de Veneza, o qual mostrou algumas capacidades para atravessar os séculos. O cidadão sorteado não substituiria o responsável eleito, mas poderia oferecer, numa assembleia, opiniões distintas daquelas dos profissionais da política.



As propostas formuladas nesse artigo poderão, naturalmente, ser enriquecidas ou discutidas. Não obstante, permitem definir os termos de um novo contrato político. Neste contrato, as ameaçadas oferecidas pelos desregramentos ecológicos do planeta tomarão o lugar das ameaças de agressão militar; os responsáveis políticos serão um pouco menos chefes e um pouco mais ministros; os cidadãos eleitores aprenderão a se tornarem adultos; irão se entregar a um ofício, não mais se contentando com remuneração e emprego ■

---

8. Rosanvallon, Pierre. *Le Parlement des invisibles*. Paris: Seuil (Raconter la vie), 2014.

# PLATAFORMA DEMOCRÁTICA

FUNDAÇÃO FHC  
CENTRO EDELSTEIN



*Plataforma Democrática* ([www.plataformademocratica.org](http://www.plataformademocratica.org)) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

## **As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:**

### ***Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:***

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

### ***Meios de comunicação e Democracia:***

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaioDemocracia>

### ***Sociedade civil e democracia:***

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

### ***Bibliotecas virtuais:***

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

### ***Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:***

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>

